

# Porque a The Economist está tão brava com a presidenta Dilma?

Marcos Cordeiro Pires

**Como citar:** PIRES, M. C. Porque a The Economist está tão brava com a presidenta Dilma? *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L. (org.). **Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 275-287.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p275-287>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PORQUE A *THE ECONOMIST* ESTÁ TÃO BRAVA COM A PRESIDENTA DILMA?

*Marcos Cordeiro Pires*

## INTRODUÇÃO

Este capítulo trata de discutir a motivação da grande imprensa em criticar a política econômica do Governo Dilma Rousseff. Trata-se de uma análise de conjuntura, tal como sugere o título deste livro. O principal palco de embates é no campo das notícias, jogando a grande imprensa, nacional e estrangeira, o papel de desgastar o governo por conta dos indicadores macroeconômicos apresentados pelo Governo Federal. Além de uma disputa política, qual seja, a capacidade de a grande imprensa influenciar o rumo da próxima eleição presidencial, também está em pauta uma questão mais palpável: a disputa por parcela importante do orçamento federal dispendida na forma de juros da dívida pública. Não se defende aqui que o governo não seja criticado. Se o avanço da infraestrutura não vai adiante é culpa do governo. Entretanto, há críticas e “críticas” e vamos discutir sobre aquelas que se vinculam a interesses muito bem enraizados no Brasil e que estão sendo contrariados justamente quando o governo tenta defender o interesse da maior parcela da população.

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p275-287>

## 1 O GRITO DO CAPITAL RENTISTA

Quando se observa com atenção as fortes pressões sobre o governo federal e sobre o Comitê de Política Monetária (COPOM) para a elevação das taxas de juros, nota-se que a essência da pressão não se restringe ao combate da inflação. Por mais que a elevação das taxas de juros possa ter influência na demanda agregada, a experiência brasileira em muitos momentos apontou para uma situação paradoxal: na maior parte do governo Fernando Henrique Cardoso as taxas de juros eram extremamente elevadas, alcançando 49,5% no final de 1998, e nem assim o governo conseguiu manter a taxa de inflação dentro das metas por ele estabelecidas.

O cerne da questão é que a elevação da taxa básica de juros implica uma maior remuneração ao capital rentista, aquele que aposta sua riqueza na valorização não produtiva. Ao invés do esquema de valorização produtiva (D-M-D'), nota-se o esquema especulativo (D-D'), tal como definira Marx.

Não à toa, em setembro de 2013, uma reportagem de capa da revista britânica *The Economist* se mostrava muito pessimista com relação à economia brasileira, depois de mostrar o Cristo Redentor decolando, em 2009, ao sugerir a emergência do país. A pergunta da capa era: “O Brasil estragou tudo?”, fazendo alusão aos supostos erros de política econômica que haviam inviabilizado a decolagem da economia brasileira.

Quando se faz uma análise de conjuntura, é importante conhecer melhor os atores envolvidos na tessitura dos fatos. De um lado está um governo de centro-esquerda, apoiado por uma ampla coalisão partidária e com maiores preocupações sociais e industrialistas. Do outro lado, a grande mídia, nacional e estrangeira, capitaneada pela *The Economist*. Afinal, cabe perguntar, a revista inglesa representa quais interesses?

Para responder a esta questão, retornemos à sua fundação, em 1843, quando a revista já defendia um ponto de vista liberal sobre política e economia, atacando naquela época as *Corn Laws*, porque estas protegiam os interesses da agricultura em detrimento da acumulação industrial e das finanças. Desde então, ela se tornou a porta-voz dos interesses da *haute bourgeoisie* e da *haute finance* inglesas, especificamente da London City, espaço da cidade que ainda hoje concentra as empresas financeiras. Mesmo

com a ascensão de Wall Street como a principal praça, a revista inglesa não perdeu seu prestígio, tornando-se então a porta-voz do capitalismo financeiro em escala global.

No entanto, esse poder de pressão dos bancos não se restringe às opiniões vindas da metrópole. Na mídia de todos os países estão enraizados os defensores do interesse do capital financeiro. No caso brasileiro, há uma unanimidade entre a grande imprensa em ancorar sua linha editorial com os postulados liberais. Assim, as críticas do exterior são potencializadas por editoriais, artigos e entrevistas com “especialistas” detratores de políticas econômicas não afinadas com o interesse metropolitano. Logo, torna-se “natural” o papel da grande imprensa em boicotar um projeto que lhe é inconveniente. Seria cansativo reproduzir as centenas de comentários depreciativos nos veículos da grande imprensa. Creio que a opinião de Folha de São Paulo seja esclarecedora:

O experimentalismo econômico do governo trouxe uma conta indigesta. Menor controle de gastos, aumento desmedido de crédito público e intervencionismo setorial excessivo não levaram à aceleração do crescimento. Ao contrário, minaram a confiança de investidores e consumidores e, até aqui, resultaram em mais inflação. (EDITORIAL..., 2013).

Conforme ressaltamos, apesar de toda a fundamentação técnica ou o discurso defensor de uma “boa prática econômica”, o que está por detrás da crítica liberal ao governo é a luta por dinheiro: quanto menor a taxa de juros e quanto menor o poder oligopolista das grandes empresas, menor será a remuneração do capital rentista.

## 2 AS CRÍTICAS LIBERAIS À POLÍTICA ECONÔMICA?

Antes de discutir a pertinência das críticas, faz-se necessário discurrir um pouco sobre as críticas divulgadas pela grande imprensa. Elas podem ser resumidas em cinco temáticas: (1) a inflação está fora de controle; (2) a taxa de juros está muito baixa; (3) o governo é muito intervencionista; (4) o governo não fez as reformas econômicas necessárias e, (5) o Brasil deve se abrir mais à economia mundial.

## 2.1 A INFLAÇÃO ESTÁ FORA DE CONTROLE

No começo de 2013, por conta de fatores sazonais, o preço de alguns produtos agrícolas subiu fortemente. Então, o tomate se tornou o vilão da inflação. Capas de revistas e manchetes de jornais criaram um clima de terror ao baterem na tecla de que a economia estava desgovernada e que retornaríamos ao período de hiperinflação que caracterizou a década anterior ao Plano Real.

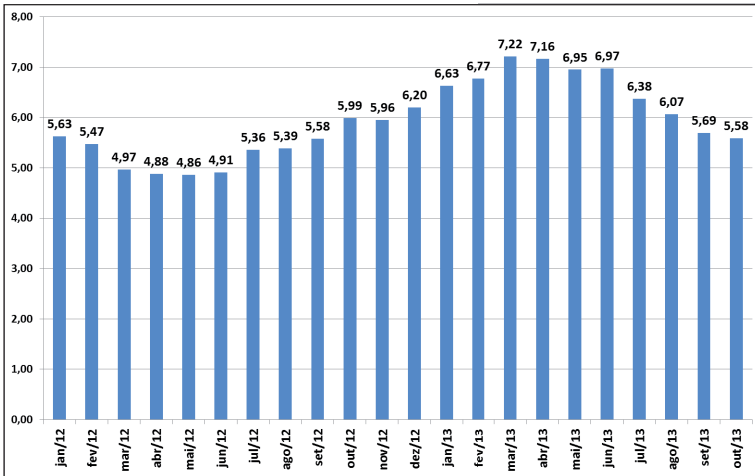


Figura 1 – IPCA Acumulado nos últimos 12 meses (%).

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

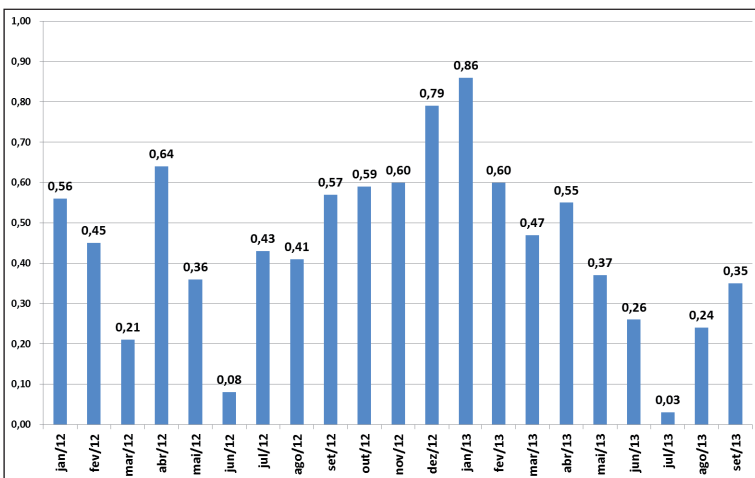


Figura 2 – IPCA Variação Mensal (%).

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

Na perspectiva do consumidor médio, quando os preços dos alimentos aumentam, a sensação é que há um descontrole inflacionário. No entanto, o índice de inflação mostra uma média de variação de uma ampla cesta de consumo, incluindo bens industrializados, construção civil, habitação, educação, transporte, etc. Alguns preços podem recuar, como o dos bens industrializados ou os da educação após a fase de matrículas e compra de materiais escolares. Mas a percepção sobre os preços dos alimentos é mais evidente.

Os meses de fevereiro e março mostraram aceleração no índice de preços (IPCA), subindo de um patamar de 0,6%, entre setembro e dezembro de 2012, para 0,79% e 0,86%, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente. Na inflação anualizada, o índice estava muito próximo do teto da meta, de 6,5%, mas nada indicava que havia um descontrole da política monetária e fiscal do governo que pudesse justificar o terrorismo. As figuras 1 e 2, acima, descrevem a evolução da inflação no período.

Muito do alarde da grande imprensa ocorreu, segundo ela, por conta do receio de perder as “conquistas” dos últimos 19 anos, que garantiu a estabilidade da economia brasileira. Porém, como veremos mais adiante, havia outro interesse oculto nessa campanha alarmista.

## **2.2 A TAXA DE JUROS ESTÁ MUITO BAIXA**

Durante a campanha eleitoral, um dos compromissos do governo Dilma Rousseff era o de trazer as taxas de juros no Brasil a patamares ditos “civilizados”. Há décadas países como o Brasil e a Turquia eram os campeões mundiais de taxas de juros. Conforme assinalamos anteriormente, durante o governo Cardoso (1995-2002), mesmo com a inflação anual no patamar de um dígito e o câmbio praticamente estável (entre 1994 e 1998), as taxas básicas de juros chegou a bater em 49,5% ao ano. Nesse período, a relação dívida com relação ao PIB saltou de 24% para próximo de 60%.

Conforme se pode constatar pela leitura da Figura 3, em agosto de 2011 teve início uma expressiva queda nas taxas de juros, recuando de 12,5% para 7,25%, em outubro de 2012, onde se estabilizou até março de 2013, quando começou o alarde sobre o descontrole da inflação.

A campanha midiática contra a inflação tinha um alvo pré-determinado: forçar o Banco Central e o Comitê de Política Monetária a elevarem a taxa básica de juros, a taxa SELIC. Para os setores ligados aos grupos de mídia, os juros “deveriam” subir para conter a demanda e desacelerar a economia. A consequência imediata desta política seria a de trocar a queda da inflação pelo aumento das taxas de desemprego, algo caro para um governo com sustentação entre as camadas populares.

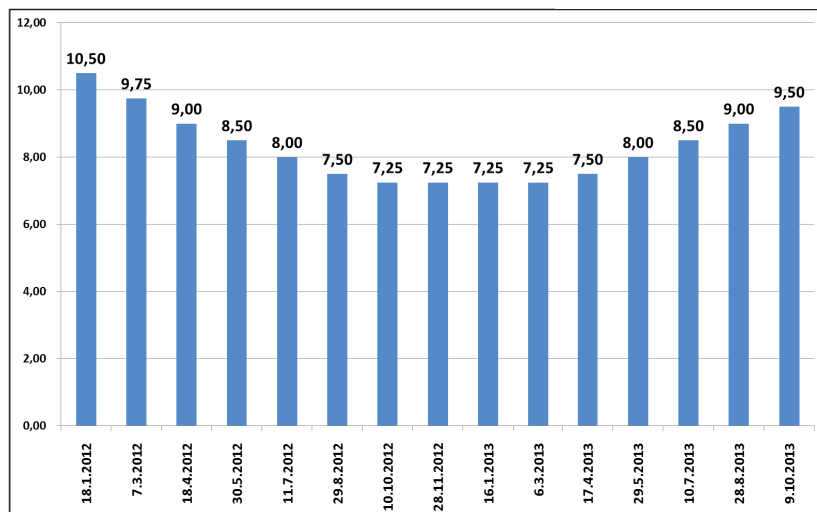


Figura 3 – Evolução da Taxa SELIC – jan/2012- out/2013.

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

A despeito de se concordar ou não com a receita liberal, o fato é que a pressão para aumentar as taxas de juros possuía outra motivação, qual seja, a de garantir a rentabilidade do capital rentista. Façamos uma conta bastante simples, descontando nesta conta qualquer outro “custo”, como a corretagem dos papéis do governo:

Se a taxa de juros SELIC é de 7,25%, como em março de 2013, e a taxa de inflação anualizada era de 6,59%, a remuneração real do capital rentista seria de apenas de 0,66 ao ano! Dito de outra maneira, para os setores acostumados com ganhos fáceis no mercado financeiro, ver seu capital remunerado a uma taxa inferior a 1% AO ANO seria um descalabro. Logo, minar a estratégia do governo de forçar a migração do capital rentista para a produção estava no centro da campanha midiática. Do ponto

de vista do capital financeiro mundial, a situação era pior ainda, visto que, antes da política monetária do governo Dilma, um especulador padrão poderia tomar um empréstimo a juros baixíssimos no mercado europeu ou dos Estados Unidos, investir em títulos brasileiros e ainda sair um robusto ganho. Logo, pode se concluir que a baixa remuneração dos juros no Brasil afastou temporariamente o capital especulativo, o que desencadeou a agressividade dos editores de *The Economist* e de seus sócios locais.

### 2.3 GOVERNO É MUITO INTERVENCIONISTA

A outra crítica de *The Economist* é que o governo vem sufocando a iniciativa privada por meio de “deletérias” intervenções na economia, como a repactuação da concessão de hidrelétricas, o grande peso do BNDES na formação de capital, a intervenção dos bancos públicos para forçar a queda de juros para o consumidor ou ainda o estabelecimento de novas regras para o setor portuário.

No entanto, do ponto de vista da cidadania o que se deve esperar de um governo frente a uma estrutura de mercado tão oligopolista como a brasileira? Por aqui, os preços de serviços públicos são absurdamente elevados, mesmo se comparados com os países com maior renda per capita? Aqui, o custo do capital e também de logística inviabilizam a atividade produtiva. Logo, parece evidente que o governo deva ter um papel decisivo na superação de gargalos que o grande capital local não se interessa em solucionar.

Uma das medidas criticadas como “intervencionismo” foi a antecipação da renovação de concessões de hidrelétricas. No acordo, o governo exigiu que se descontasse do custo o valor indevido decorrente da amortização dos investimentos. Muitas usinas continuavam a incluir no custo o valor de plantas já amortizadas. Por conta disso, o governo forçou a redução média de 20% da tarifa de energia ao nível do consumidor. Em se tratando de consumidores industriais, a redução chegou a 30%. É claro que esta redução impactou negativamente no valor das ações de grandes grupos domésticos e internacionais, que se valeram da imprensa para externar suas insatisfações com a medida.



De forma similar, considerando que as taxas de juros ao consumidor no Brasil são escandalosas, alcançado em algumas linhas 80% ao ano, o governo instou os dois grandes bancos federais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para que baixassem suas taxas de juros para forçar a concorrência a também rebaixar suas taxas aos consumidores.

Ademais, podemos incluir nesta crítica a atuação do BNDES na formação de capital do país. A utilização da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiar novos investimentos e também o seu papel na formação de “campeões nacionais”. De um lado, os bancos privados se queixam que o governo não deixa espaço para a sua atuação em investimentos de longo prazo. De outro, acusam o governo criar um “capitalismo de compadres” ao supostamente apoiar grupos empresariais que orbitam junto ao poder. No entanto, não há restrições legais para que os bancos privados também possam atuar em grandes projetos. O que há é a relutância em apresentar juros competitivos na perspectiva do tomador do empréstimo.

Vale destacar que a política governamental realizada por meio dos bancos públicos, aliada à queda na taxa SELIC, teve impacto imediato na lucratividade dos grandes bancos. O Itau Unibanco, maior banco privado nacional, apresentou uma queda no lucro de 0.9% no primeiro trimestre de 2013 (PORTAL G1, 2013). No entanto, com a pressão sobre o COPOM, discutida na seção anterior, a lucratividade do banco seria retomada no segundo trimestre, acumulando o banco o segundo maior lucro semestral da história do setor, de R\$ 7,1 bilhões (PORTAL UOL, 2013).

Outro alvo das críticas liberais foi a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que buscou modernizar o setor portuário. Em seu Art. 3º, a Lei define que,

a exploração dos portos organizados e instalações portuárias, com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País, deve seguir as seguintes diretrizes:

I - expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias;

II - garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários;

III - estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados e instalações portuárias, à valorização e à qualificação da mão de obra portuária e à eficiência das atividades prestadas;

IV - promoção da segurança da navegação na entrada e na saída das embarcações dos portos; e

V - estímulo à concorrência, incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias. (BRASIL, 2013).

Mesmo louváveis os objetivos da medida, tendo em vista as enormes deficiências logísticas do país, a medida entrou em confronto com os grupos que gozavam de privilégios, notadamente o operador privado Santos-Brasil, vinculado ao Grupo Opportunity, que pode ter sua concessão novamente licitada. Para a grande mídia, mesmo considerando a necessidade de modernização do setor, o governo confrontou desnecessariamente o setor privado ao “não dialogar” com os empresários.

Ainda na área de logística, há também críticas ao novo modelo de concessão de rodovias, que estabelece uma taxa de retorno mais “civilizada” para as concessionárias. Mais uma vez a voz da grande imprensa se colocou contra a política, visto que a concessão do trecho Belo Horizonte – Vitória não recebeu propostas das empreiteiras. Por outro lado, no trecho da Rodovia BR 050 surgiram concorrentes, vencendo a proposta que apresentou o preço de seu pedágio fixado em R\$ 4,53 por cada 100km. Para se ter ideia de como o consumidor foi preservado, na concessão da Rodovia Castello Branco, no estado de São Paulo, o preço do pedágio pelo mesmo trecho de 100 km gira em torno de R\$ 15,00!

## 2.4 REFORMAS, PARA QUEM?

O outro ponto da crítica feita pela *The Economist* diz respeito às “reformas”. Creio que é um consenso entre os observadores da vida política e econômica do Brasil sobre a necessidade de se realizar profundas reformas. No entanto, o consenso acaba ao se discutir o que reformar. Concentremos a crítica dos liberais em duas: a tributária e a trabalhista.

Em tese, todos os segmentos políticos defendem uma reforma tributária e todas as classes sociais e todos os níveis de governo possuem, cada um seu modo, uma diferente perspectiva sobre o tema. Na prática, todos os grupos e/ou níveis de governo querem jogar o ônus da reforma nas costas dos outros. Ninguém está disposto a abrir mão de seus interesses imediatos em nome de um bem comum abstrato.

Concentremo-nos na guerra fiscal entre os estados: aqueles mais industrializados sentem-se desconfortáveis com as ofertas de redução tributária para que investimentos se desloquem para os estados menos industrializados. São Paulo, por exemplo, tem uma posição muito crítica à política de ICMS de alguns estados do Centro-Oeste, da mesma forma que repudia os incentivos à Zona Franca de Manaus. Do outro lado, os estados que oferecem incentivos tributários argumentam contra a concentração industrial em São Paulo e lutam para aumentar sua renda per capita. Há racionalidade nas duas pontas do problema.

Nesta questão, e em outras similares, como obter uma reforma profunda se vetos cruzados impedem a mudança do *status quo*? Na perspectiva liberal, a solução talvez viesse por meio de um corte horizontal do gasto público, notadamente nas rubricas sociais. De novo o impasse: quem proporia a extinção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), do “Bolsa Família” ou da gratuidade no ensino público superior? Quem assim o fizesse não se elegeria nem para síndico de prédio. Reforma tributária, de fato, só em regimes de força, algo que, aparentemente, não passa pela perspectiva do *establishment* brasileiro.

A outra reforma, a trabalhista, é vista pelos setores liberais como a única maneira de se garantir a competitividade da economia brasileira frente à forte concorrência internacional. Isso significa rebaixar o padrão de vida do trabalhador brasileiro para este possa concorrer com os baixos salários relativos da China ou do México. Novamente, num país em que a desigualdade de renda é tão acentuada, como fazer isto sem inviabilizar o projeto político do Partido dos Trabalhadores, que ainda possui amplo apoio no movimento sindical organizado?

A última crítica que selecionamos diz respeito à inserção internacional do país, pois o governo brasileiro é criticado por ancorar no

Mercosul sua inserção no comércio mundial. A Aliança do Pacífico, onde estão incluídos México, Chile, Colômbia e Peru, é citada como modelo de estratégia bem sucedida. Em comum entre os parceiros há o fato de que eles possuem amplos Acordos de Livre Comércio, seja com os Estados Unidos, com a União Europeia ou mesmo com a China. Vale destacar que esses acordos só são feitos por dois tipos de países: aqueles que possuem indústrias muito fortes ou aqueles não possuem indústria para defender. Como um país com médio nível de industrialização, como o Brasil ou a Argentina, pode se abrir ao comércio mundial sem antes possuir certa musculatura? O processo de abertura realizado no governo Cardoso, na década de 1990, já havia impactado negativamente a indústria nacional ao organizar pacotes de privatizações sem se preocupar com o aparelhamento tecnológico do país, como foi o caso do setor de telecomunicações. O resultado daquela onda liberalizante foi a estagnação econômica, redundantes déficits comerciais e a perda de oportunidade de se inserir no processo de globalização de forma mais ativa.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos acima dão dimensão do tamanho da tarefa enfrentada pelo governo Dilma em tentar civilizar o grande capital nacional e estrangeiro. Se os parâmetros que definissem a popularidade da Presidenta se restringissem àquilo que prioriza a grande imprensa, o governo já teria caído.

No entanto, as políticas de desoneração e de redução de preços, juros e tarifas estão sendo bem absorvidas pela população. Mesmo que o país não alcance uma taxa de crescimento chinesa, o nível de desemprego é baixo e verifica-se uma melhoria nos padrões médios de consumo da população. A figura abaixo, elaborada pelos economistas João Sicsú e Ernesto Salles (2013), dá a devida dimensão de que a situação da economia brasileira não está à beira do colapso, como fazem supor a grande mídia, capitalizada pela revista inglesa. Se tomarmos como parâmetro o governo Cardoso, a situação de colapso, crise do balanço de pagamentos e insolvência havia ficado para trás.

<b>Números da Economia Brasileira</b>		
	<b>2002</b>	<b>2012</b>
<b>Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)</b>	<b>60,4</b>	<b>35,2</b>
<b>Déficit (nominal) das Contas Públicas (% do PIB)</b>	<b>4,5</b>	<b>2,5</b>
<b>Reservas Internacionais (US\$ bilhões)</b>	<b>38,8</b>	<b>373,1</b>
<b>Taxa Selic Média (% ao ano)</b>	<b>18,9</b>	<b>8,5</b>
<b>Taxa de Investimento/PIB (%)</b>	<b>16,1</b>	<b>18,1</b>

Fontes: IBGE e BCB Por João Sicsú & Ernesto Salles

Figura 4 - Brasil: Comparativo de Indicadores econômicos – 2002 e 2012.  
Fonte: Sicsú e Salles (2013).

Finalmente, por mais que os críticos tentem desgastar o governo, não se apresenta no cenário político nacional nenhuma alternativa clara que possa levar adiante os anseios dos grupos políticos respaldados pelo *The Economist*. Na conjuntura deste final de 2013, as pesquisas de opinião indicam a grande popularidade da presidenta Dilma Rousseff e a forte perspectiva de sua reeleição. No entanto, como diria Ulisses Guimarães, a política é como as nuvens no céu: a cada hora que se vê elas mudam de posição. Daqui até a eleição de outubro de 2014 há ainda tempo para se formarem muitas tempestades como também dias ensolarados.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores Econômicos Consolidados. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 13 nov. 2013

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei Federal 12.815*, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de

3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm)>. Acesso em: 13 out. 2013.

EDITORIAL: inflação indigesta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 out. 2013 - 03h00. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/10/1350417-editorial-inflacao-indigesta.shtml>>. Acesso em: 02 out. 2013.

HAS Brazil blown it? *The Economist*. Sep 28th 2013. Opinião. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PORTAL G1. *Itaú tem lucro líquido recorrente de R\$ 3,5 bilhões no 1º trimestre.*, 30 abr. 2013, 07h57 - Atualizado em: 30 abr. 2013, 09h45. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/itau-lucra-r-35-bi-no-primeiro-trimestre-em-linha-com-o-esperado.html>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PORTAL UOL. *Itaú ganha R\$ 7,1 bi no semestre, segundo maior lucro da história dos bancos*, 30 jul. 2013, 07h27. Atualizada em: 13 ago. 2013. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/30/itau-ganha-r-71-bi-no-1-semester-2-maior-lucro-da-historia-dos-bancos.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SICSÚ, J; SALLES, E. *Em pauta*: comparativo de indicadores econômicos brasileiros entre 2002 e 2012. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/node/957>>. Acesso em: 13 nov. 2013.